



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**EDIANA MAX MARIA DE LIMA MORATO
MARIA ITANILDA SIMÕES DOS SANTOS**

**AUTISMO E EDUCAÇÃO:
A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE INCLUSÃO E CONVIVÊNCIA**

**CABEDELO-PB
2022**

EDIANA MAX MARIA DE LIMA MORATO
MARIA ITANILDA SIMÕES DOS SANTOS

**AUTISMO E EDUCAÇÃO:
A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE INCLUSÃO E CONVIVÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro Universitário UNIESP,
como requisito parcial à obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Ma. Nadilza Maria de Farias Souza

**CABEDELO-PB
2022**

Ficha catalográfica

A ficha catalográfica deve ser inserida após a folha de rosto.

Se o trabalho for impresso, deve-se colocar a ficha no verso da folha de rosto.

Não entra na contagem de páginas.

EDIANA MAX MARIA DE LIMA MORATO
MARIA ITANILDA SIMÕES DOS SANTOS

AUTISMO E EDUCAÇÃO:
A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE INCLUSÃO E CONVIVÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro Universitário UNIESP,
como requisito parcial à obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 07 /03/ 2022.

BANCA EXAMINADORA

Nadilza ma de Farias Souza

Prof. Ma. Nadilza Maria de Farias Souza (Orientadora)
Centro Universitário UNIESP

Danielle Patrício Brasil

Prof. Ma. Danielle Patrício Brasil

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar queremos agradecer, a Deus, que fez com que nossos objetivos fossem alcançados, durante todos os nossos anos de estudos. Aos nossos pais, esposos e, que nos incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a importância de toda essa trajetória em nossas vidas.

Aos professores, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho no nosso processo de formação profissional ao longo do curso. E dessa forma, também somos gratas a todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o nosso processo de aprendizado.

“Os autistas são como as borboletas, o processo da metamorfose Seja lento ou acelerado, não altera sua beleza. Eles não se restringem, voam livres, leves e soltos. Sim, são diferentes dos outros, possuem o seu próprio voo”. Letícia Butterfield

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	AUTISMO E EDUCAÇÃO UMA QUESTÃO DE INCLUSÃO	11
2.1	A criança em desenvolvimento: discutindo conceitos	12
2.2	A criança autista e a família: uma parceria importante.....	13
3	CURRÍCULO ESCOLAR E INCLUSÃO: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS?	17
3.1	O autista na sala de aula: algumas práticas pedagógicas possíveis	18
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	REFERÊNCIAS	23

AUTISMO E EDUCAÇÃO: A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE INCLUSÃO E CONVIVÊNCIA

autor 1 Ediana Max Maria de Lima Morato- IESP(edianamax2019@gmail.com),
autor 2 - Maria Itanilda Simões dos Santos-IESP - (itanildasimoes2@gmail.com)

RESUMO

A presente pesquisa versa sobre uma temática bastante discutida no meio educacional, a inclusão de crianças com autismo nas escolas regulares. É possível observar que ainda hoje são grandes as dificuldades apresentadas por pais, professores e crianças com relação ao acesso dessas crianças à escola bem como ao trabalho que precisa ser desenvolvido pelos professores em prol do seu desenvolvimento e da sua aprendizagem, visto que estes são direitos garantidos pelos documentos oficiais. Nesse sentido, apresentamos como objetivo principal ampliar as discussões acerca de práticas que facilitem a inclusão dos alunos com autismo em sala de aula. Para tanto, nosso estudo adotou como estratégia metodológica, a revisão bibliográfica optou-se por utilizar a revisão da literatura pela possibilidade de acesso à experiências de autores que já pesquisaram sobre o assunto. Assim, foi possível compreender que a inclusão deve ocorrer de forma tranquila, possibilitando a plena adaptação do aluno autista à escola e, portanto, é necessário que haja a participação efetiva de pais e professores durante todo o processo e ainda que a escola deve ser esse lugar onde a educação acontece de forma efetiva, para todos.

Palavras-chave: Autismo. Escola. Inclusão. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present research deals with a theme that is widely discussed in the educational environment, the inclusion of children with autism in regular schools. It is possible to observe that even today there are great difficulties presented by parents, teachers and children in relation to these children's access to school as well as the work that needs to be developed by teachers in favor of their development and learning, since these are rights guaranteed by official documents. In this sense, we present as main objective to broaden the discussions about practices that facilitate the inclusion of students with autism in the classroom. Therefore, our study adopted as a methodological strategy, the bibliographic review, we chose to use the literature review for the possibility of accessing the experiences of authors who have already researched on the subject. Thus, it was possible to understand that the inclusion must occur in a calm way, allowing the full adaptation of the autistic student to the school and, therefore, it is necessary that there is the effective participation of parents and teachers throughout the process and that the school must be this place where education takes place effectively, for all.

Keywords: Autism. School. Inclusion. Learning.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da necessidade de conhecermos mais sobre o Transtorno do Espectro Autista e, ao mesmo tempo, reafirmar a necessidade que todos compreendam e aceitem a diversidade humana, podendo contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, esse estudo será relevante para nossa prática pedagógica, pois de nada adianta termos um aluno com necessidades educacionais especiais matriculado na escola se não houver pessoas comprometidas, pois este será mais uma das crianças “incluídas”. Neste sentido, temos que nos empenhar para garantir o aprendizado a todos.

O principal objetivo do trabalho é analisar e elaborar práticas que facilitem a inclusão dos alunos com autismo em sala, por essa razão, pensamos em atividades que podem ser realizadas tanto remotamente como presenciais, essas dinâmicas devem ser feitas a partir de assimilações que instiguem o pensamento complexo. Como objetivos específicos identificar as características das crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista bem como as fases do desenvolvimento infantil; Compreender a importância da família no processo de inclusão do aluno autista na escola regular; Propor atividades práticas para o desenvolvimento de habilidades e competências de crianças autistas .

Nossas reflexões levaram-nos as seguintes perguntas: que impasses enfrentam os professores para incluir as crianças com TEA no ensino regular? Que possibilidades têm de favorecer a inclusão? Que saberes detêm sobre o TEA e sobre a Inclusão e como estes saberes podem ajudar na sua prática? Partimos da hipótese de que o professor enfrenta muitas dificuldades para incluir um aluno com TEA na escola e que estas dificuldades em muito estão relacionadas com a formação inicial que não promove ao professor um conhecimento adequado sobre o tema. Do mesmo modo, suspeitamos que quando o professor, de fato, tem informação adequada sobre o assunto, conseqüentemente, encontra mais possibilidades de realizar a inclusão do aluno com TEA na escola, pois, utiliza meios adequados para promover sua socialização, aprendizagem e interação.

Nossas propostas buscam trazer práticas simples, mas que possibilitem o desenvolvimento cognitivo, essencial ao ser humano. Elas devem instigar os discentes a construir seus próprios saberes, dessa maneira, eles serão capazes de participar ativamente enquanto cidadãos na construção social no futuro. A bagagem de saberes acumulados pelos estudantes é fundamental para todo o processo, portanto, definir as bases do pensamento crítico e autônomo através de materiais complementares e básicos é nosso alicerce na realização das

tarefas. Todo o processo para construir uma dinâmica inclusiva exige a compreensão que toda criança possui saberes e limites individuais, por isso pensamos propostas para o grande grupo de forma que os portadores de TEA não sejam excluídos.

Nosso aparato metodológico será ancorado na teoria sociocultural de Vygotsky, já que suas teorias ressaltam a importância da comunicação e cultura nos processos de desenvolvimento das crianças. Não podemos ignorar ainda o contexto pandêmico atual.

Dessa forma o primeiro capítulo aborda sobre o Autismo e educação uma questão de inclusão, trazendo uma reflexão importante sobre os aspectos históricos do autismo e da educação de inclusão.

O segundo capítulo vem trazer uma reflexão sobre A criança em desenvolvimento: discutindo conceitos, além de mostrar também as fases de desenvolvimento que são importantes.

O terceiro capítulo possibilita uma reflexão importante sobre A criança autista e a família: uma parceria importante, trazendo uma discussão acerca da importância da parceria da família no desenvolvimento de aprendizagem de crianças autistas. Outro aspecto importante discutido nesse capítulo é o currículo escolar e a inclusão onde apresentamos uma análise e reflexão acerca da prática do professor para o desenvolvimento da aprendizagem.

2 AUTISMO E EDUCAÇÃO UMA QUESTÃO DE INCLUSÃO

A contribuição social com direitos garantidos e participativos cidadãos, relativos à integração de indivíduos portadores de deficiência, tornar-se mais evidente no contexto das discussões inseridas na rede regular de ensino no que diz respeito a inclusão de alunos portadores do transtorno do espectro autista (TEA).

Muitas vezes são vistas como sem capacidade intelectual e incapazes de conviver socialmente, sendo tachadas como anormais, tendo uma vida à parte socialmente por não se encaixar em regras ou em padrões impostos. Dessa forma o procedimento inclusivo de pessoas com necessidades educacionais especiais na sociedade e na vida escolar é bastante dialogado entre os especialistas da área.

A lei nº12764 criada em 27 de dezembro de 2012, chamada de lei Berenice Piana, assegura o autismo como deficiência. Foi uma grande conquista na luta por esse direito, pois não só reconhece o Transtorno do Espectro Autista, como também garante direitos imprescindíveis para os portadores do autismo, alguns deles são o acesso a educação e a cultura, o que leva a discussão sobre a inclusão social.

Entretanto, mesmo com o direito a educação estar defendido por lei ainda se faz necessário mudanças e adaptações nesse meio para incluir a criança autista no ambiente educacional, pois ainda são muitos os casos de matrículas negadas aos portadores desse transtorno, por preconceito ou pelo fato de não possuir capacidade profissional e estrutural para receber alunos com autismo.

O transtorno do espectro do Autista (TEA) possui sua classificação em graus. O leve, moderado e o grave. Quanto maior o grau maiores são as dificuldades e limitações, que afetam diretamente a capacidade neurológica e cognitiva, podendo haver dificuldade no aprendizado e na interação social.

A criança portadora do autismo tem a necessidade de uma atenção diferenciada, uma adaptação no ensino para introdução na educação em busca de igualdade e dignidade no meio socioeducativo. Dessa forma, um grande passo para a instituição é a preparação dos professores com cursos e ideias para um melhor acolhimento e possibilidade de atender as necessidades do aluno.

A segregação da pessoa com deficiência tira dela a dignidade e a sua capacidade social, tirando também a oportunidade de convivência e aprendizado entre crianças autistas e as que não possuem o autismo tirando dela o direito a igualdade. A criança aprende mais quando os desafios ficam mais instigantes e diversificadas serão essas experiências.

Devido a sua dificuldade de estabelecer relações sociais, o autista pode não se sentir motivado para socializar e estabelecer relações agradáveis com outras crianças, resultando provavelmente no isolamento e na não interação social. Diversas vezes a criança autista não possui o interesse em regras sócias, se sentindo mais confortável permanecendo em atividades costumeiras apresentando resistência em se introduzir no meio social que se encontra. Observa-se que geralmente possuem memória sequencial pobre, não mantendo sequência de eventos cotidianos, ou então não possuem clareza de quando algo inesperado vai ocorrer.

2.1 A criança em desenvolvimento: discutindo conceitos

É de fundamental importância observar e analisar o desenvolvimento da criança, pois é a partir desse desenvolvimento e seus conceitos que podemos analisar diversas dificuldades no processo de desenvolvimento das crianças.

Deve-se salientar que o desenvolvimento infantil é o responsável pela formação das crianças, seu crescimento saudável, uma vez que compreende aspectos cognitivos, motores, emocionais e sociais. Esse processo proporciona a aquisição de habilidades físicas e intelectuais, além de proporcionar mudanças no comportamento infantil que impactam diretamente na convivência e amadurecimento dos pequenos.

Portanto, observa-se que o desenvolvimento infantil é importante durante a primeira infância, período que dura até os seis primeiros anos de vida. Fases do desenvolvimento infantil e suas experiências, segundo o psicólogo suíço e estudioso do aprendizado humano Jean Piaget, o desenvolvimento infantil pode ser classificado em quatro fases. Embora os estudos de Piaget sejam datados a partir da década de 1920, suas análises continuam extremamente coerentes em relação ao amadurecimento cognitivo infantil.

Analisa-se, que o aprendizado da criança se dá por diferentes fatores, como a influência do ambiente externo e a própria capacidade intelectual de se adaptar às situações e eventos aos quais é exposta. Sendo assim, é possível elaborar estratégias de ensino e exercícios de fixação que facilitem o processo de aprendizagem e estimulem o desenvolvimento infantil. Mediante a teoria de Piaget, existe quatro fases do desenvolvimento:

Quadro 1. Fases do desenvolvimento

Fase 1	Sensório-Motor	Do nascimento até os primeiros dois anos, a criança vive o período sensório-motor, fase em que os sentidos corporais estão sendo descobertos e os movimentos dos
---------------	-----------------------	--

		membros explorados com mais intensidade. É durante essa faixa de idade que o pequeno aprende a andar, descobre novos sabores, cheiros e texturas, e começa a ter consciência do seu corpo.
Fase 2	Pré-operatório	A fase pré-operatória é marcada pelo progresso intenso do desenvolvimento infantil, com a comunicação mais clara e as ações da criança mais objetivas e criativas. Os especialistas afirmam que o período, que pode durar até os sete anos de idade, pode apresentar um senso de individualidade muito maior do que o de coletividade, e por isso trabalhar habilidades como empatia e solidariedade é extremamente importante.
Fase 3	Operatório concreto	Na fase seguinte, chamada de operatória-concreta e presente entre os oito e os doze anos de idade, é onde o raciocínio lógico é aperfeiçoado e a capacidade de solucionar problemas fica mais ágil. Para impulsionar o desenvolvimento infantil nesse período, é comum as instituições de ensino apostarem em torneios de jogos, quiz de perguntas e respostas, além de desafios matemáticos e de lógica
Fase 4	Operatório formal	Na adolescência, o período operatório-formal engloba aspectos sociais e emocionais de modo mais complexo, uma vez que o raciocínio lógico concreto já foi fortalecido. Assim, o jovem consegue desenvolver uma linha de pensamentos com mais clareza, elaborar hipóteses coesas e formar suas próprias opiniões com base no que sabe e no que deduz.

Fonte:

Todavia, segundo a teoria de desenvolvimento da criança, para Wallon (1988), é essencialmente emocional e gradualmente vai constituindo-se em um ser sócio-cognitivo. Dessa forma, o mesmo, estudou a criança contextualizada, como uma realidade viva e total no conjunto de seus comportamentos, suas condições de existência.

Observa-se que as trocas relacionais da criança com os outros são fundamentais para o desenvolvimento da pessoa. As crianças nascem imersas em um mundo cultural e simbólico, por pelo menos três anos.

Dessa maneira, pode-se analisar que antes do surgimento da linguagem falada, as crianças comunicam-se e constituem-se como sujeitos com significado, através da ação e interpretação do meio entre humanos, construindo suas próprias emoções, que é seu primeiro sistema de comunicação expressiva. Estes processos comunicativos-expressivos acontecem em trocas sociais como a imitação. Imitando, a criança desdobra, lentamente, a nova capacidade que está a construir (pela participação do outro ela se diferenciara dos outros) formando sua subjetividade. Pela imitação, a criança expressa seus desejos de participar e se diferenciar dos outros constituindo-se em sujeito próprio.

Segundo Wallon, o mesmo propõe estágios de desenvolvimento, assim como Piaget, porém, ele não é adepto da ideia de que a criança cresce de maneira linear. O desenvolvimento humano tem momentos de crise, isto é, uma criança ou um adulto não são capazes de se desenvolver sem conflitos. A criança se desenvolve com seus conflitos internos e, para ele, cada estágio estabelece uma forma específica de interação com o outro, é um desenvolvimento conflituoso.

Partindo para a observação da teoria de Vygotsky, a criança nasce inserida num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros. Nas interações cotidianas, a mediação (necessária intervenção de outro entre duas coisas para que uma relação se estabeleça) com o adulto acontece espontaneamente no processo de utilização da linguagem, no contexto das situações imediatas. Analisa-se que essa teoria tem a concepção de um sujeito interativo que elabora seus conhecimentos sobre os objetos, em um processo mediado pelo outro. O conhecimento tem gênese nas relações sociais, sendo produzido na intersubjetividade e marcado por condições culturais, sociais e históricas.

Portanto, a relação entre homem e mundo é uma relação mediada, o homem e o mundo existem elementos que auxiliam a atividade humana. Estes elementos de mediação são os signos e os instrumentos. O trabalho humano, que une a natureza ao homem e cria, então, a cultura e a história do homem, desenvolve a atividade coletiva, as relações sociais e a

utilização de instrumentos. Os instrumentos são utilizados pelo trabalhador, ampliando as possibilidades de transformar a natureza, sendo assim, um objeto social.

Dessa forma, é interessante salientar que no início do desenvolvimento existe uma preponderância do biológico e após o social adquire maior força. Assim como Vygotsky, Wallon acredita que o social é imprescindível. A cultura e a linguagem fornecem ao pensamento os elementos para evoluir, sofisticar. A parte cognitiva social é muito flexível, não existindo linearidade no desenvolvimento, sendo este descontínuo e, por isso, sofre crises, rupturas, conflitos, retrocessos, como um movimento que tende ao crescimento.

2.2 A criança autista e a família: uma parceria importante

A inclusão pode assumir diferentes atalhos. A família do indivíduo com autismo possui papel decisivo no seu desenvolvimento educacional. Trata-se de famílias que experimentam dores e decepções em diversas fases da vida, começando pelo momento da notícia da deficiência e durante o processo de desenvolvimento da criança.

Dessa forma, pode-se afirmar que o sentimento da família sobre a deficiência de seus filhos é cíclico e pode transitar entre a aceitação e a negação. Por exemplo, quando o filho entra na adolescência, é comum o comparar aos demais jovens e, na maioria das vezes, o resultado dessa comparação é negativo, enfatizando apenas o que ele não é capaz de fazer, desconsiderando o quanto ele já evoluiu. A ausência da troca afetiva e de comunicação, especialmente nas famílias de portadores de autismo, costuma ser a maior dificuldade, pois os autistas têm dificuldades específicas para entender vários sentimentos humanos. Eles aparentam não ter sentimentos, mas, na verdade, esse comportamento parece ser resultante da inabilidade cognitiva.

Para a família de um Autista o primeiro problema enfrentado é conseguir um diagnóstico cedo para a criança, muitas das vezes esse diagnóstico tardio impede um tratamento adequado desde o início, em alguns casos só é obtido na adolescência ou até mesmo na fase adulta, principalmente se tratando do autismo no grau leve, onde os sintomas ficam mascarados ou podem passar despercebidos pela família.

Um segundo passo importante é a aceitação por parte da família, pois, fica fácil buscar e receber ajuda, já que muitas vezes a negligência da família sobre a doença afeta diretamente o tratamento do autista.

Desse modo, a família precisa estar empenhada, com uma boa relação com profissionais para o cuidado da criança, compreensão dos sintomas, aprender a lidar com as

dificuldades, incluir na rotina exercícios orientados por profissionais, buscar um terapeuta especializado na área para uma melhor análise e tratamento.

É objeto de interesse dos pais de crianças com necessidades educativas especiais e devem estar presentes entre os professores e membros da escola os conhecimentos específicos sobre autismo. Os modelos de envolvimento parental merece uma atenção maior entre a família de pessoas com autismo e a escola, pois é essencial considerar que a comunicação seja feita de forma eficaz.

A segregação da pessoa com deficiência tira dela a dignidade e a sua capacidade social, tirando também a oportunidade de convivência e aprendizado entre crianças autistas e as que não possuem o autismo tirando dela o direito a igualdade. A criança aprende mais quando os desafios ficam mais instigantes e diversificadas serão essas experiências.

Devido a sua dificuldade de estabelecer relações sociais, o autista pode não se sentir motivado para socializar e estabelecer relações agradáveis com outras crianças, resultando provavelmente no isolamento e na não interação social. Diversas vezes a criança autista não possui o interesse em regras sócias, se sentindo mais confortável permanecendo em atividades costumeiras apresentando resistência em se introduzir no meio social que se encontra. Observa-se que geralmente possuem memória sequencial pobre, não mantendo sequência de eventos cotidianos, ou então não possuem clareza de quando algo inesperado vai ocorrer.

É objeto de interesse dos pais de crianças com necessidades educativas especiais e devem estar presentes entre os professores e membros da escola os conhecimentos específicos sobre autismo. Os modelos de envolvimento parental merece uma atenção maior entre a família de pessoas com autismo e a escola, pois é essencial considerar que a comunicação seja feita de forma eficaz.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), no que se refere ao papel da família no processo de inclusão, demanda que se: “(...) encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais” (p. 02).

A Declaração de Salamanca estabelece a necessidade de parceria entre família, professores e profissionais da escola, com a finalidade de maximizar os esforços para a inclusão, da melhor forma possível, dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Sem o desenvolvimento dessa relação de "parceria" família/ professores e profissionais da escola, não serão alcançados o nível e a qualidade de envolvimento necessário para assegurar ganhos educacionais possíveis para “todos” os alunos.

3 CURRÍCULO ESCOLAR E INCLUSÃO: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS?

Currículo inclusivo se trata de abraçar e incluir uma minoria que muitas vezes não tem voz e espaço para lutar por um direito que é a educação, a quantidade de alunos com autismo tem aumentado nas escolas.

Diante disso, tem despertado o interesse de pesquisadores sobre o assunto e levantando questionamentos como o despreparo dos professores para o acolhimento dessas crianças e o currículo preparado apenas em cima do padrão para atender a maioria.

A reformulação de políticas educacionais são implicadas em termos práticos e governamentais da inclusão, em teoria ou na prática o tema quando abordado se deparam com professores e outros profissionais que se veem perplexos, confusos e inseguros quando se observa o cotidiano.

A escola deve ser concebida como instituição capaz e capacitada de disseminar o conhecimento, sendo assim, todos os alunos que a frequentam, deveriam desenvolver de forma adequada suas potencialidades, independentemente, de possuírem ou não uma necessidade mais específica na aprendizagem. Porém, quando há estudantes que não estão tendo evolução no seu processo de ensino e aprendizagem, no caso aqueles com necessidades educacionais especiais o currículo construído na escola pode inclusive torna-se um mecanismo de exclusão, um estigma da diferença.

A inclusão vem tomando espaço cada vez maior nas políticas públicas, na sociedade e nas escolas, porém o que se vê é despreparo na prática para lidar com toda a situação que permeia a inclusão. Além do mais, não bastam somente Leis, Decretos, Portarias, Resoluções em âmbito federal, estadual e municipal que digam o que fazer, precisa-se urgentemente articular a legislação com a prática executada no dia a dia nas escolas comuns. As dificuldades que emergem do cotidiano escolar, nos mostraram que o tema inclusão escolar ainda permanece como um problema a ser resolvido pelas escolas e pela sociedade.

É comum ao receber alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas ditas inclusivas, onde na proposta pedagógica tenha um relato de que a escola é inclusiva e de que todos os professores participaram das discussões; mas na prática a situação que se apresenta pode ser diferente. Quando há o ingresso de um estudante com necessidades educacionais especiais, por mais que a professora faça um trabalho de aceitação dos demais estudantes e isso aconteça com sucesso, à prática diária escolar demonstra o quanto à mesma apresenta dificuldade em desenvolver os conteúdos do currículo junto a esse aluno e a reconhecer onde

inicia a capacidade de aprendizagem desse estudante e como fazer com que ele se aproprie de tais conteúdos curriculares?

O desafio da educação inclusiva é como ensinar ao aluno com deficiência junto com os demais, pois é no espaço da sala de aula que a inclusão deixa de ser uma filosofia, uma ideologia ou uma política e se torna ação concreta em situações reais, envolvendo indivíduos com dificuldades e necessidades específicas. Complementa dizendo que em nosso país, a inclusão que se almeja ocorrerá em um contexto de uma escola deficitária e em muitos casos “falida”, porque a escola brasileira, seja ela pública ou privada, não está preparada para lidar com professores que não foram formados para lidar com a diversidade, seja a de alunos com grandes dificuldades de aprendizagem devido a deficiências sensoriais, intelectuais, psicológicas e/ou motoras, sem contar as sócioeconômicas e culturais.

Neste momento de mudança de paradigma de uma escola excludente para uma escola que inclui, é preciso que se trilhe os recursos necessários para efetivar o compromisso de desenvolver em cada estudante as suas potencialidades. Pois, educação inclusiva, entendida sob a dinâmica didático-curricular, é aquela que proporciona ao aluno com necessidades educacionais especiais, participar das atividades cotidianas da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais, mesmo que de modos diferentes, preferencialmente sem defasagem idade-série.

A escola inclusiva precisa ter claro o reconhecimento de que cada estudante tem um potencial, ritmo de trabalho diferenciado, expectativas, estilos de aprendizagens, motivações e valores culturais, ou seja, reconhecê-los como diferentes.

Em teoria ou na prática o tema quando abordado se deparam com que professores e de outros profissionais se veem perplexos, confusos e inseguros quando se observa o cotidiano. A reforma de políticas e sistemas educacionais e o encaminhamento de diretrizes básicas para a formulação retomada de discussões sobre estas consequências consistem exatamente na inovação trazida pela Declaração de Salamanca.

É importante práticas que ajudem a incluir o aluno em sala de aula. Como veremos na próxima sessão.

3.1 O autista na sala de aula: algumas práticas pedagógicas possíveis

A convivência no meio escolar, a socialização e o aprendizado ajudam na construção e no desenvolvimento do cidadão para viver em sociedade desse modo a educação terá o seu papel desempenhado com sucesso com alunos que necessitem de inclusão ou não.

Se torna indispensável que pequenas mudanças sejam realizadas em sala de aula para atender as necessidades de alunos portadores do autismo, porém, é necessário conhecer o aluno, estudar e entender de forma mais profunda e técnica o que é preciso para melhor incluí-lo na instituição educacional, situações em espaço que é melhor organizado por profissionais familiarizados com autismo se tornando treinadores de professores.

A melhoria de aprendizagem é resultante de uma organização no ambiente escolar de forma que a compreensão do estudante tende a diminuir suas dificuldades, porque a distração e a ausência de noção e organização temporais podem ocasionar comportamentos interferentes ao processo ensino-aprendizagem. Caso esse cuidado não seja tomado pode desencadear episódios de hipersensibilidade sensorial levando, com frequência, a distúrbios comportamentais.

Um professor que use métodos de ensino tais como dicas ou reforço podem não ser eficazes se não avaliar as necessidades individuais e a forma de aprendizado de cada um. A menos que as habilidades e necessidades de cada aluno estejam sendo consideradas na fase de planejamento, só a sala de aula fisicamente organizada e programada não beneficiará os alunos, ainda sim a dica para utilizar cada um desses passos é respeitar a individualidade do aluno. Nesse sentido, apresentaremos a seguir algumas propostas de trabalho, com alunos autistas, visando a integralidade total dessas crianças em uma sala de aula regular.

É extremamente aconselhável que se utilize esse formato de linguagem, pois o autista gosta de entender tudo o que se fala, mas no sentido literal da palavra. Evite as conotações. O autista precisa ser acompanhado de perto quando o assunto for aspecto sensorial. É muito comum que uma de suas habilidades seja mais apurada que as das outras crianças. Caso o pequeno apresente alguma resistência a um barulho, a um cheiro ou imagem; não a force. Converse com os pais. Só uma equipe de profissionais pode propor uma intervenção eficaz. Se o aluno não demonstrar resistência aos estímulos, então explore as habilidades (visão, audição, etc.). Tudo dentro da possibilidade que o pequeno oferece.

O aluno autista está em sala de aula junto com os demais, mas ele necessita que as avaliações sejam adaptadas. O aluno autista é diverso, pois cada um apresenta uma característica. Há estudantes que são completamente organizados em um item ou têm total predisposição para um campo do conhecimento. Ao notar alguma facilidade do aluno, tente trabalhar isso com riqueza. O autista tem a personalidade forte, no que diz respeito aos interesses. Isso só deve ser tratado por médicos especialistas, mas o papel do educador, então, é estimular a criança através de atividades que estejam relacionadas com o interesse do pequeno. Alguns jogos podem ser ideais para ensinar um autista, mas é preciso que o

professor se informe antes com os pais e os médicos da criança. Isso tudo porque o pequeno pode ter alguma hipersensibilidade com cores, barulho, etc. Outro detalhe é não promover jogos que ‘prendam’ o aluno por muito tempo.

Atividade 1. Objetivo é exercitar a memória de acordo com o conteúdo aplicado. Estimular a capacidade de raciocínio lógico das crianças com autismo, de forma lúdica. Algumas habilidades da BNCC: EF15LP16; EF15LP18; EF15LP12.

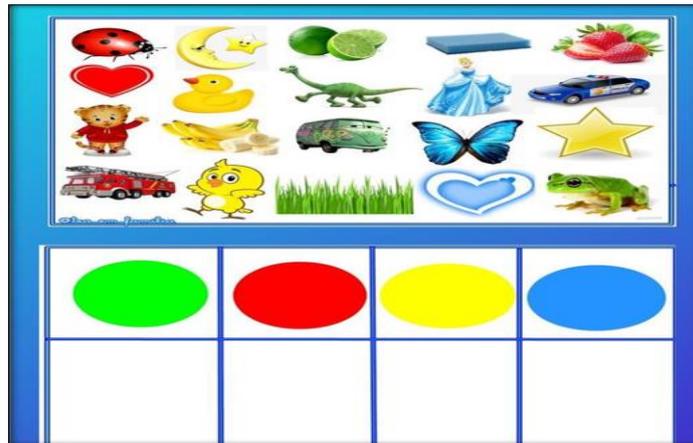
Figura 1. Jogo da memória



Fonte: <https://clickmuseus.com.br/correspondencias-magicas-entre-lendas-incriveis/>

Atividade 2. O objetivo principal dessa atividade é desenvolver a percepção visual, estimular o reconhecimento das cores. Estimula a concentração e a atenção. É muito importante ensinarmos as crianças autistas a parear cores, objetos, isso ajuda muito na questão de rigidez mental, e ajuda a quebrar padrões. E atenção mesmo brincando certinho, você perceber que ela está criando um padrão para a atividade. Algumas habilidades da BNCC: EF01MA02; EI03ET01;EF02CI02.

Figura 2.



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/740138519990621967/>

Atividade 3. A Consciência Fonológica no autismo é uma das habilidades que irão abrir caminho para o processo de alfabetização, permitindo que a criança consiga pensar e refletir ativamente sobre as estruturas de som da língua que irá aprender. Nos diferentes níveis da Consciência Fonológica, a criança consegue identificar, discriminar, lembrar e o mais importante: manipular diferentes sílabas, palavras e fonemas. A estruturação desta habilidade permite que a criança consiga fazer a conexão entre sons e letras, garantindo um processo de alfabetização seguro, sólido e bem-sucedido. Trabalhar a Consciência Fonológica no autismo significa estimular a percepção sonora e linguística da criança por meio de atividades com rimas, aliterações, consciência de palavras, consciência silábica e consciência fonêmica. Algumas habilidades da BNCC: EFO1LP09; EF01LP05.

Figura 3. Consciência fonológica



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/110197522122862775/>

É imprescindível que se evite atividades muito longas, porque a criança autista pode se entediar facilmente, ainda mais se não houver nada de seu interesse. Além disso, é importante salientar que o tempo do pequeno com autismo é diferente do restante das crianças. É preciso respeitar, propor atividades que estimulem o pensamento lógico¹. Isso pode ser feito por meio de algum jogo ou outra atividade lúdica que seja responsável por estimular o raciocínio lógico do aluno autista como as propostas apresentadas. Lembrando que cada criança terá um ritmo e tempo diferente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que a inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença a sala de aula, deve almejar, sobretudo, a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e potencialidades, superando as dificuldades.

Devemos levar em consideração, ainda, observando a realidade sobre as condições em que se dá o processo ensino-aprendizagem dos alunos com TEA. Aspectos como o tamanho das turmas, a inexistência de materiais de apoio, a precariedade de metodologias, formação insuficiente dos profissionais, etc. Precisam ser enfrentados pelas políticas públicas.

A criança precisa ser amada, acima de tudo e estimulada um pouco mais para que se desenvolva. Livrar-se de todo preconceito e buscar informação, são atitudes essenciais da família e amigos para ajudar uma criança autista. Embora algumas pessoas tenham inteligência e fala intacta, outras possuem sérios retardos em seu desenvolvimento da linguagem. Dificilmente haverá estímulo e manifestações espontâneas, onde ela não vai sentir-se a vontade ou em situação de igualdade sem que haja sintonia entre família, amigos e escola.

Ressaltamos, por fim, que este estudo é apenas o começo para muitos outros e que não é pretensão nossa esgotá-lo em poucas linhas. O tema, por si só, exige um olhar mais profundo a fim de buscar alternativas de solução. Existem muitas lacunas ainda a serem explorados com relação ao TEA, mas, maiores são as lacunas na formação dos educadores para atender a estes alunos, favorecendo o pleno desenvolvimento dos mesmos.

¹Lembramos que organizar a sala-de-aula ou qualquer outro ambiente de ensino ao nível de compreensão do aluno pode diminuir suas dificuldades, resultando assim numa otimização do aprendizado.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.
- _____. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12907:legislacoes&catid=70:legislacoes>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.
- CAMARGO, Sígla P. H.; BOSA, Cleonice A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, 2009, p. 65-74.
- DAVID, Lilian; CAPELLINI, Vera Lúcia M. F. O ensino colaborativo como facilitador da inclusão da criança com deficiência na educação infantil. **Nuances**, v. 25, n. 2, 2014, p. 189-209.
- JOAO, Oscar P.; ESCOBAR, Ana D. M. de; SALMERÓN, Jaime E.; OLIVA, Herberth (orgs). **Pedagogia, didáctica y autismo**. 2 ed. El Salvador: UFG Editores, 2014.
- MARTINS, Onilza B.; MOSER, Alvino. Conceito de mediação em Vygotsky, Leontiev e Wertsch. *Revista Intersaberes*, v. 7, n. 13, p 8-28, 2012.
- NEVES, Rita de A.; DAMIANI, Magda F. Vygotsky e as teorias da aprendizagem. **UNIrevista**, v. 1, n. 2, 2006.
- ONOHARA, A. M. H.; SANTOS CRUZ, J. A.; MARIANO, M. L. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 289–304, 2018.
- TENENTE, Luiza. Número de alunos com autismo em escolas comuns cresce 37% em um ano; aprendizagem ainda é desafio. **G1**, 02 de abril de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/02/numero-de-alunos-com-autismo-em-escolas-comuns-cresce-37percent-em-um-ano-aprendizagem-ainda-e-desafio.ghtml>>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.
- SILVA, Franklin F. O uso da tecnologia assistiva como ferramenta pedagógica no auxílio do letramento e comunicação de crianças com autismo de grau leve de dois a sete anos. **Revista Semana Pedagógica**, v. 1, n. 1, 2018, p. 92-103.